

## **PESQUISA-IMPROVISAÇÃO: COMPOSIÇÕES ENTRE CAOS, REAL, SIGNOS E REALIDADES – UMA PROPOSIÇÃO<sup>1</sup>**

*Diego Winck Esteves* <sup>2</sup>

### **Resumo**

Este ensaio propõe uma pesquisa-improvisação. Para tanto, após uma breve introdução acerca da problemática a ser analisada, aborda-se a teoria da história, em especial da História Cultural, para colocar em cena o drama entre os indícios do real, sua compreensão e posterior expressão por meio do texto. Adiante, sob um viés filosófico, elaboram-se distinções acerca do caos, do real e da realidade – por uma perspectiva pós-estruturalista – para, ao final do ensaio, serem dispostos certos procedimentos desta proposição em contexto. Argumenta-se, deste modo, em favor de uma pesquisa que tome a imprevisibilidade enquanto potencial, partindo de um caos precursor, atualizado no real que, mediado pela linguagem, passa a formalizar-se em realidades. Sugere-se posturas que dizem respeito à autoria da pesquisa processada por uma individualidade descentrada, em um jogo dramatizado no pesquisar, uma vez que está em agenciamentos recíprocos com outros corpos, objetos, coisas, ideias. A compreensão evoca estudos de um teor pós-social, via uma crítica implícita ao antropocentrismo, em prol de uma perspectiva na qual a imprevisão se manifeste como imanente às interações descentradas entre múltiplos corpos, em que a pesquisa-improvisação se afirma como esforço de compreender relações plurívocas.

**Palavras-chave:** Pesquisa; Improvisação; História; Filosofia; Pós-social.

### **RESEARCH-IMPROVISATION: COMPOSITIONS BETWEEN CHAOS, THE REAL, SIGNS, AND REALITIES - A PROPOSITION**

### **Abstract**

This study proposes a research-improvisation. For this, after briefly introducing the problematic to be analyzed, we take history theory, especially Cultural History, to set the drama between the signs of the real, its understanding, and subsequent textual expression into scene. Then, from a philosophical standpoint, we draw distinctions among chaos, the real, and reality from a post-structuralist perspective to, at the end, propose certain procedures of this proposition in context. Thus, we argue in favor of research that takes unpredictability as a

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Licenciado em Educação Física pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC e licenciando em História pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel / Universidade Aberta do Brasil – UAB. Artista.



potential, from a precursor chaos actualized in the real which formalizes itself, via language, into realities. We suggest postures regarding research authorship processed by a decentered individuality in a game dramatized in research given its reciprocal assemblages with other bodies, objects, things, and ideas. An understanding that evokes post-social studies, via an implicit critique of anthropocentrism, in favor of a perspective in which unpredictability manifests itself as immanent to decentered interactions between multiple bodies and in which research-improvisation asserts itself as an effort to understand plurivocal relations.

**Keywords:** Research; Improvisation; History; Philosophy; Post-social.

## 1. Introdução: uma problemática presente

Este ensaio é composto por três partes. Na primeira, retomamos uma problemática que vem se desdobrando em diversos campos: a relação entre indícios do passado – em artefatos e arquivos –, os sentidos produzidos nestes – e suas relações de saber e poder – e a sua interpretação na composição da narrativa das pesquisas. Esta discussão será tomada via a teoria da história. Num segundo momento, assumimos um viés filosófico para tratar da relação entre real e realidade, mediada pela linguagem, tendo como pressuposto o caos. Na terceira parte, discutiremos o fazer da pesquisa a partir do problema enunciado com a historiografia em termos de uma tensão entre real e linguagem, tomando uma perspectiva filosófica para traçar estratégias de procedimentos disto que estamos definindo como pesquisa-improvisação: uma postura que destaca a imprevisão de seu fazer, não como problema a ser evitado, mas como potencial a ser incluído e elaborado na pesquisa e também por ela.

Trata-se de procedimentos que, de um lado, especulam pelo imprevisto naquilo já conhecido – isto é, buscam conhecimentos inauditos em artefatos, arquivos, acontecimentos – e, de outro, condicionam o esforço para dar forma ao informe, ou seja, traçam meios hábeis para conhecer o desconhecido em seu caráter de imprevisibilidade primordial. Pesquisa na qual o conhecer é interpelado pelo dizer do conhecido que se está a conhecer em ato imediato: a improvisação, como método, confere forma ao fora, por uma contração no limite do saber; um fora que habita o dentro, que se manifesta mesmo na mais íntima relação, como aquela que diz respeito a nossa subjetividade humana. Pesquisa que apreende o que acontece em campo, onde improvisar significa, tomando o sentido da palavra, um fazer surgir à frente. Com efeito, este próprio ensaio se fez, justamente, sobre o esforço de lidar com a imprevisibilidade inerente ao trato daquilo que se desconhece, como imprevisto – um não antevisto; ou seja, afirmando a improvisação via um estado de prontidão, apreendendo o conhecimento como produção dele e de si, numa contração do sensível – do real – em posterior expressão semiótica, uma realidade.

Para tanto, nesta proposta, parte-se do pressuposto de que a pesquisa científica lida com o real em termos sógnicos, mas não num primeiro momento.

Um encontro entre o pesquisador e a imediação da pesquisa supõe certa imprevisibilidade que antecede o significado, tal é o sentido do pesquisar: lidar com o desconhecido mobilizado pelo interesse em conhecer, percebido em termos de uma sensibilidade. A pesquisa, a partir deste encontro sensível, se vale de meios hábeis para produzir o conhecimento: técnicas, poéticas, discursos, tecnologias. Outrossim, podemos perspectivar este fazer como eminentemente *sígnico*, do início ao fim, se tomarmos, com Deleuze (1988), dois regimes de signos: os naturais, que convocam nossa sensibilidade, sem conterem um significado *a priori*, e os artificiais, inseridos em um campo semiótico prévio. Trata-se da heterogênese característica da vida, tal como postulado por Guattari (1992), com relação aos processos de subjetivação: há, segundo o autor, um Universo de Incorporais e os Territórios Existenciais. Enquanto os segundos definem as realidades via a referencialidade da linguagem, os primeiros, ainda que tensionados por ela, como sistemas de valores, supõem uma abertura, outras possibilidades, virtualidades ainda não atualizadas.

Tanto Deleuze, quanto Guattari, nestes dois textos autorais, mas também naqueles em coautoria, nos convocam a incluir esta multiplicidade existencial por meio de uma transversalidade que inclua tanto os territórios existenciais, e suas realidades significantes, quanto os universos incorporais e seu real como campo de possibilidades. Há uma singularidade prévia às individualidades que se assujeitam aos territórios. Há sempre, ao mesmo tempo, corpos-sujeito em territórios-existência e corpos-singularidade-potenciais em espaços-possibilidade. O pesquisador é um corpo-sujeito da pesquisa, ao mesmo tempo que é um corpo potencial mobilizado pelos espaços e suas possibilidades, que convivem com o território existencial da pesquisa. São dois lados do mesmo fenômeno, ou dois níveis do mesmo processo: físico e metafísico, ontogenético e semiótico/epistêmico.

Mas, antes de pensarmos sobre este dimensionamento exposto – que nos demandará um exercício especulativo no limite do significado, pois numa dimensão na qual o texto, como linguagem, tem dificuldade de significar –, vamos tratar do problema em termos eminentemente textuais. Para tanto, passaremos a explorar esta problemática com a teoria da história. A partir desta instância – a historiográfica, que opera, sobretudo, com signos artificiais –, passaremos, num viés filosófico, para uma discussão sobre o caos e sua manifestação real – com signos naturais –, passando à realidade via uma modelação da linguagem – elaborada em signos artificiais.

## **2. Questões de método: sobre indícios e interpretações**

A pesquisa historiográfica talvez seja aquela que mais se encontra com este dilema de uma imprevisibilidade de seu fazer. Coloco em termos de imprevisibilidade, ou do caráter imprevisível da pesquisa, o pressuposto de que o pesquisador lidará com algo não antevisto, tal é a essência da anacronia: não posso ver o passado *in loco*, pois piso em terras presentes. Enquanto o antropólogo viaja espacialmente para estudar outras culturas, o historiador não

pode viajar no tempo. Tal imprevisibilidade é suprimida, em parte, pelos arquivos, sejam eles inscritos em palavras, imagens, áudios, objetos. Entretanto, por se tratar de indícios do que passou, a imprevisibilidade teima em se manter presente, isto é, não visível ao referencial atual, pois se trata de outro tempo, outros modos, outros meios. O imprevisível como uma presença invisível iminente.

Colocar a imprevisibilidade em relação ao passado pode soar como um contrassenso, pois o imprevisível não seria coisa do futuro, a iminência de um acontecimento inesperado? Em contraponto, afirmamos que a imprevisibilidade é o modo de ser da vida, do que passou, do que passa e do que passará. Tal pressuposto será tomado, na segunda parte deste ensaio, pela inserção do caos como este espaço primordial, campo de possibilidades, um fundo sem-fundo que possibilita o existir. Neste sentido, olhar para o passado significa estudar a maneira como as coisas se formaram, como os territórios existenciais se constituíram. E, por se tratar de um exercício imaginário crivado sobre os indícios do real, de uma narrativa embasada nos arquivos, artefatos indiciários, a historiografia se aproxima da ficção, com uma distinção: a ficção especula relações possíveis, de como algo poderia ter sido – produzindo uma realidade fabulatória –, a narrativa historiográfica expõe como parece pode ter sido, em detrimento de como parece que não foi – produzindo uma realidade racionalizada. Uma diferença sutil, é bem verdade, mas nela há algo de muito concreto: para a historiografia o real é o destino, para a ficção, quando muito, é o ponto de partida. Mas aqui já estamos nos imiscuindo na filosofia, que será abordada mais à frente, voltemos então à historiografia.

É bem verdade que este debate não é novo, entretanto, por muito tempo alguns historiadores tomaram os arquivos como registros dos acontecimentos, como documentos emissores de verdades. A discussão acerca da verdade na historiografia, que enfatiza, justamente, o seu caráter de escrita, portanto, de relato ou narração sobre um real datado, ganha força na segunda metade do século XX. Roger Chartier, em *A história ou a leitura do tempo* (2020, p. 11), cita três obras centrais deste período – *Como se escreve a história* de Paul Veyne (1971), *Meta-história* de Hayden White (1973) e *A escrita da história* de Michel de Certeau (1975) – que têm em comum a exposição desta tensão entre produção de um conhecimento verdadeiro e o caráter ficcional deste fazer. Vejamos um excerto deste debate pelas palavras de Certeau (1982, p. 57):

A história “objetiva”, aliás, perpetuava com essa ideia de uma “verdade”, um modelo tirado da filosofia de ontem ou da teologia de anteontem; contentava-se com traduzi-la em termos de “fatos” históricos... Os bons tempos desse positivismo estão definitivamente acabados. Desde então veio o tempo da desconfiança. Mostrou-se que toda interpretação histórica depende de um sistema de referência; que esse sistema permanece uma “filosofia” implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando a sua revelia, remete à “subjetividade” do autor.

Não vamos adentrar nos meandros desta discussão – a leitura dos livros indicados pode cumprir este papel –, pois não cabe aqui um detalhamento do debate no campo da História, mas sim, como afirmado, que há um destino tanto na historiografia quanto em qualquer pesquisa, que é um pressuposto real – rebatido sobre o problema das representações, do imaginário e da linguagem, como veremos. Neste sentido, Bachelard (2010) já nos propunha, a respeito da ciência, que o real é o mais retificado, ou seja, algo como um esforço em direção ao micro, ao detalhe, ao indício mais verdadeiro do real, que “o mais real é o mais retificado e que não existe conhecimento primitivo que seja conhecimento realista. A realidade máxima está no término do conhecimento e não na origem do conhecimento” (2010, p. 19). Bergson (2005) também poderá contribuir nesta querela: para ele, a inteligência opera no âmbito macro das formas – e suas previsões –, mas é a intuição que opera sobre o micro, no informe – e suas imprevisões. Acontece que a física subatômica, aquela que fez justamente este movimento, precisou assumir que o concreto não é tão concreto quanto parece, e que a instabilidade é a regra na dimensão microscópica, ainda que a estabilidade pareça prevalecer no âmbito macro – conforme bem narrou Prigogine (2002, p. 12):

A ciência clássica privilegiava a ordem, a estabilidade, ao passo que em todos os níveis de observação reconhecemos agora o papel primordial das flutuações da instabilidade. Associadas a essas noções, aparecem também as escolhas múltiplas e os horizontes de previsibilidade limitada. Noções como a de caos tornaram-se populares e invadem todos os campos da ciência, da cosmologia à economia. [...] Os sistemas dinâmicos instáveis levam também a uma extensão da dinâmica clássica e da física quântica e, a partir daí, há uma formulação nova das leis fundamentais da física. Esta formulação quebra a simetria entre passado e futuro que a física tradicional afirmava, inclusive a mecânica quântica e a relatividade. Essa física tradicional unia conhecimento completo e certeza: desde que fossem dadas condições iniciais apropriadas, elas garantiam a previsibilidade do futuro e a possibilidade de retrodizer o passado. Desde que a instabilidade é incorporada, a significação das leis da natureza ganha um novo sentido. Doravante, elas exprimem possibilidades.

Dito isto, a pesquisa, sobretudo no âmbito das Ciências Humanas, opera por meio do texto, evocando aquilo que se viu, que se pressentiu, que se viveu, no que se conviveu. Escreve, relata, esforça-se por demonstrar. O texto funciona como um mediador entre o acontecido e sua rerepresentação. Entretanto, caso se adote uma perspectiva que inclua, potencialmente, a imprevisibilidade deste fazer, isto é, assumindo-se a partida a partir de um esforço para ver se entremeios imprevistos ocorriam, a pesquisa – e seu narrador ou narradora – assume a parcialidade deste relato, assume justamente que o resultado da pesquisa é uma espécie de conto do pesquisar. O texto, seja ensaio, artigo ou tese, funciona como um teatro que expõe um documentário: é obra de um pesquisador-escritor que improvisa a (in)visibilidade da pesquisa, possibilitado por documentos que produziu no pesquisar, viabilizado por artifícios da escrita

– não somente da ortografia, mas também da fotografia, coreografia etc. A pesquisa se expressa, ou se constitui, como jogo dramatizado a partir de um enredo que vai se consolidando numa pesquisa em jogo de imprevisão.

Importa reforçar que improvisar não significa, na acepção aqui adotada, um gesto daquele ou daquela que precisa lidar com algo inesperado com meios parcos para tal, ainda que, de fato, esta precariedade eventualmente possa predominar: a improvisação é possibilitada por muito ensaio, exercícios, experiências e repertórios de quem pesquisa neste drama assumido em uma pesquisa-improvisação; drama como tensão entre os acontecimentos, sua apropriação e posterior descrição. Dramatização originada em um corpo em prontidão.

A História Cultural talvez seja a corrente historiográfica, em que pese sua diversidade de temas e métodos<sup>1</sup> ou, justamente por isso, aquela que mais elaborou as condições para estudar o real a partir de sua realidade, como regime semiótico. Por meio do signo, pressupõe-se uma chegada ao destino, que é real, o fato, ou a verdade, se se quiser. Não é bem este o caso da pesquisa-improvisação, que supõe certo paroxismo: ela toma o real como iminência, como presença insuspeita, que nos convoca à sensibilidade corporal, bem como à intuição, sem que se saiba exatamente do que, porque e como; também como eminência, pois o real se projeta com certa autoridade; ao mesmo tempo, projetamo-nos como pesquisadores sobre os acontecimentos, numa agência inteligível, isto é, pela inteligência, no sentido de um esforço para compreender esta força imprevisível que nos convoca a atenção em meio ao pesquisar. Este movimento é reativo, e precisa ser tomado como exercício produtivo e compositivo, mas não como descoberta do real. A linguagem é inventiva, produz realidades, mas o real é um sem nome soberano, que não se verga ao sentido demasiado humano: no real há uma reserva infinita a todos os seres, dos quais os humanos são uma ínfima parte.

Portanto, na pesquisa-improvisação, parte-se dos signos naturais em sua imprevisibilidade, do corpo-pesquisador que nota presenças inominadas e, por meio destes signos naturais, sobre indícios de um real, projetam-se outros signos, previstos, artificiais, com os quais vemos e lemos o território que é uma projeção sígnica (artificial) sobre o espaço real ("natural"). Para este processo interpretativo, as noções que se destacaram para os estudos da Nova História Cultural, segundo Sandra Pesavento (2003), nos parecem producentes. Primeiro a noção de representação, socialmente construída e que, segundo a autora, "não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência" (2003, p. 39); segundo, de imaginário, como "um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo" (p. 43); terceiro, da narrativa:

Ora, uma narrativa é o relato de uma sequência de ações encadeadas e, na clássica definição de Aristóteles, a História seria

<sup>1</sup> Para um detalhamento, sugerimos a leitura do livro *O que é História Cultural?*, de Peter Burke.



a narrativa do que aconteceu, distinta da literatura, que seria a narrativa do que poderia ter acontecido. Nesta medida, a definição aristotélica estabelece para a História um pacto com a verdade, verdade esta que o mesmo Aristóteles define ainda como sendo a correspondência da realidade com o discurso. Sim, a História teria como meta atingir a verdade do acontecido, mas não como mimesis. Entre aquilo que teve lugar um dia, em um tempo físico transcorrido e irreversível, e o texto que conta o que aconteceu, há uma mediação (PESAVENTO, 2003, p. 50).

A quarta noção, já mencionada neste ensaio, é a de ficção, pois "a História inventa um mundo, dentro de um horizonte de aproximação com a realidade, e a distância temporal entre escritura da história e o objeto da narrativa potencializa esta ficção" (2003, p. 53). A quinta e última noção é a de sensibilidade:

As sensibilidades corresponderiam a este núcleo primário de percepção e tradução da experiência humana no mundo. O conhecimento sensível opera como uma forma de apreensão do mundo que brota não do racional ou das elucubrações mentais elaboradas, mas dos sentidos, que vêm do íntimo de cada indivíduo. As sensibilidades compete essa espécie de assalto ao mundo cognitivo, pois lidam com as sensações, com o emocional, com a subjetividade (PESAVENTO, 2003, p. 56).

Especialmente a última noção guarda relação com esta dimensão a-significante (ou a-significada, pois tudo pode ser significado *a posteriori*, portanto potencialmente significante) a qual estamos destacando para a pesquisa-improvisação. Nos chama a atenção, mas não surpreende, que as outras quatro noções dizem respeito aos sentidos: elas são tomadas em territórios existenciais, em campos semióticos. A cisão produzida pelos modernos, e criticada por Latour (2019), entre Ciências da Natureza e Ciências Humanas, neste estudo desponta outra distinção: tudo se passa como se a improvisação – a lida com a imprevisibilidade sobre a prerrogativa da criação – fosse uma tarefa do campo artístico, enquanto a previsibilidade seria o guião que mantém o *status* de rigorosidade demandado pelo campo científico. Acontece que há – importa ser reafirmado – rigor numa pesquisa-improvisação, mas um tipo de rigor flexível, para retomar os ensinamentos de outro historiador, Carlo Ginzburg (1989), conforme veremos adiante. De todo modo, quem já desenvolveu pesquisas em laboratórios científicos – leia-se, nas Ciências da Natureza – sabe que a improvisação não é um meio hábil que fica plenamente do lado de fora do recinto.

Acontece que, como aponta Guattari (1992), as correntes estruturalistas que pautaram tantos campos de pesquisa, dentre eles a História, não conferiram a devida importância ao universo dos incorporais a-significantes – que incluem os signos naturais, mas também as forças caóticas. O advento da modernidade produziu uma cisão entre as Ciências da Natureza, nas quais imperam tais signos naturais, como a coisa em si e seus efeitos físicos, e as Ciências Humanas, em

que impera a representação, algo que diz da coisa, seu efeito metafísico. Latour (2019), com sua antropologia simétrica, advoga em prol de um Império do Meio, no qual estes processos se confundem e se desdobram em correlação, num envolvimento que o discurso científico pode resolver, artificialmente, mas que a vida não cessa de misturar, naturalmente – podemos pensar o mesmo sobre as fronteiras das ciências e das artes. Aliás, a distinção entre artificial e natural, cultura e natureza, fazem parte destas cisões que, não precisamos abandonar, pois contribuem ao balizamento do ato de pensar, mas é preciso retirá-las do pressuposto que sustenta o pensamento – e é neste sentido que postulamos, ao final deste ensaio, uma abordagem pós-social. O real é uma mistura insuspeita, mobilizado por um caos primordial, enquanto o artifício da linguagem, como meio hábil, opera a produção de realidades. Movemo-nos, como animais produtores de sentidos, do espaço e suas possibilidades aos territórios e suas existências, ainda que sem sair do lugar.

Na pesquisa-improvisação não se descobre como sujeito que desvela um objeto, mas se envolve em um campo de forças, a partir de uma sensibilidade ativa, para então produzir sentidos em concordância com o real vivido, narrando a experiência pelos artifícios da linguagem. Logo, relatando o acontecido não como o personagem de uma ficção, mas como quem fala de um personagem mais real que a ficção, ainda que não apartado dela. Pois, não se tratando da ficção como a da escrita de um romance – que toma o real, quando muito, como ponto de partida –, ao menos estamos sempre nos aproximando, mais ou menos, da periferia do nosso saber, onde especulamos, como afirma Rancière, às margens da ficção:

Trata-se antes de mais nada das margens onde a ficção acolhe o mundo dos seres e das situações que estavam anteriormente nas suas beiradas: os acontecimentos insignificantes da existência cotidiana ou a brutalidade de um real que não se deixa incluir. Trata-se também das situações em que a diferença entre o que acontece e o que simplesmente passa tende a se apagar. Trata-se ainda das fronteiras incertas entre os acontecimentos que se relatam e aqueles que se inventam. Trata-se, portanto, também das maneiras como a ficção se divide a partir de seu interior, modifica seus encadeamentos e inventa, se preciso, novos gêneros para retraçar a fronteira ou para constatar seu apagamento. Trata-se, por fim, das margens onde o relato, que pretende documentar o real, e a ciência, que quer desvelar sua verdade escondida, se apropriam da ficção declarada (2021 p. 14).

### **3. Do caos, do real e da realidade como uma produção sgnica**

O que importa, portanto, em termos de uma pesquisa-improvisação, é assumir a produção de sentidos em territórios existenciais naquilo que ela se faz, ou seja, como criação e não como descoberta. Para isso, é demandado do pesquisador ou da pesquisadora que abandonem idealismos acerca de seu campo de atuação, tanto quanto do campo da pesquisa. A crítica que Nietzsche (2016) fez ao idealismo, sobretudo em sua dimensão moralista – e, por isso

mesmo, se dizia um imoralista – é aqui contemplada pelo problema colocado por Deleuze e Guattari (1992), que é enfrentado por artistas, filósofos e cientistas, ao travar um combate com a opinião, para fazer emergir a dimensão criadora da existência, a qual mantém estrita relação com o caos gerador. Nesse sentido, afirmam os filósofos, “sem dúvida, este caos está escondido pelo reforço das facilitações geradoras da opinião, sob a ação dos hábitos ou dos modelos de reconhecimento; mas ele se tornará tanto mais sensível, se considerarmos, ao contrário, processos criadores e as bifurcações que implicam” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 277).

Os hábitos e as opiniões – e, de modo análogo, o conhecimento, ainda que menos constringente – são construções que visam nos proteger do caos, pois “nada é mais doloroso, mais angustiante do que um pensamento que escapa a si mesmo, ideias que fogem, que desaparecem apenas esboçadas, já corroídas pelo esquecimento ou principiadas em outras” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 259). Num outro fragmento, nesta mesma linha, os autores afirmam a necessidade destes enfrentamentos: “diríamos que a luta *contra o caos* implica em afinidade com o inimigo, porque uma outra luta se desenvolve e toma mais importância, *contra a opinião* que, no entanto, pretendia nos proteger do próprio caos” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 261; grifo no original).

Por conseguinte, segue Deleuze, no livro sobre Leibniz (1991, p. 118), “de acordo com uma aproximação cosmológica, o caos seria o conjunto de possíveis, isto é, todas as essências individuais, visto que cada uma tende à existência por sua conta”; com efeito, “o crivo é como a máquina infinitamente maquinada que constitui a Natureza”, e se “o caos não existe, é por ser ele apenas o reverso do grande crivo e porque este compõe ao infinito séries de todo e de partes, séries que só nos parecem caóticas (sequências aleatórias) por causa de nossa impotência em segui-las” (p. 118-119); é nesse sentido que a pesquisa se manifesta em conjunto com a improvisação, como quem ensaia com sensível rigor, tendo em vista aumentar seu potencial de maquinar séries possíveis, outrora sequer perceptíveis “por causa da insuficiência dos nossos crivos pessoais” (p. 119). Por suposto, nota-se que o caos existe e não existe, pois “é uma abstração, porque inseparável de um crivo que dele faz sair alguma coisa” (DELEUZE, 1991, p. 118); de qualquer maneira, imaginar sua existência importa para afirmar a multiplicidade imanente ao existir, logo, sua imagem existe, e a imaginação produz efeitos sobre a realidade.

Consequentemente, projetar-se na pesquisa significa, por essa via da improvisação, assumir reiterados esforços para ampliar a eficiência dos nossos crivos pessoais, esta espécie de filtro que é elaborado no fazer do estudo, isto é, em última análise, nossos corpos. Logo, afirmar a resistência aos idealismos é um meio para manter-se à espreita de um horizonte de possibilidades. A pesquisa-improvisação leva em conta a proposta de Bataille em seu estudo sobre Nietzsche, no qual postula agirmos “contra todas as aparências: movido por uma vontade de chance!” (2017, p. 143). Contudo, não tomamos as aparências como inimigas, apenas artifícios produzidos pela humanidade, como representações

que evitam o contato direto com a crueldade do caos. As aparências não precisam tomar nossa energia em um confronto, mais sábio seria desviar delas, como quem se envolve num jogo de sentidos, de presenças invisibilizadas pelo excesso de informação. Aí sim, as chances estão em jogo:

Se a possibilidade nos é dada na chance – não recebida de fora, mas aquela que somos, jogando e nos esforçando até o fim, nada há evidentemente de que possamos dizer: “será possível assim”. Não será possível, e sim jogado. E a chance, o jogo supõe o impossível no fundo (BATAILLE, 2017, p. 142).

Para desviar das aparências um dos recursos diz respeito, justamente, a compreender sua artificialidade. Por conseguinte, a noção de realidade – paisagens que sustentam as aparências – é, portanto, assumida como uma consistência na qual se confere qualidade ao real, como uma sedimentação produzida: o conhecer atualiza o real num estado de coisas, ou seja, numa realidade, em coisas individuadas que, por resultarem de uma valoração, expressam uma qualidade resultante desta interpretação realizada. É neste sentido que tomamos a acepção, com Deleuze e Guattari (1995), da linguagem como palavra de ordem: não tanto àquilo que submete o indivíduo frente a outro, como submissão, mas pela capacidade da linguagem ordenar mundos – e, conseqüentemente, de assujeitar os indivíduos a eles. A linguagem assim se destina ao real, procedendo uma metamodelização, ou realidade, a qual as individualidades estão submetidas – e é neste sentido que ela produz subjetividades.

Há, desta maneira, um acordo entre pensamento e real, via a insurgência da sensação, expressando certa reciprocidade, como um acorde, vibração e ressonância, portanto: “para que haja acordo entre coisa e pensamento, é preciso que a sensação se reproduza, como a garantia ou testemunho de seu acordo” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 259). Trata-se de postular o conhecimento como função que interliga apreensões de outro modo dispersas – que tece, como textura, como a massa que confere corpo, por exemplo, ao texto: uma espécie de cimento abstrato, uma grande língua que envolve, dispõe e conecta. O real é assim percebido pela conservação material da sensação no corpo do ser, que é atualizado, junto à memória, em cada encontro localizado num estado de coisas singular: diz-se, então, “eu sinto, eu reconheço”; o real é imanência, e a realidade é o real dotado de sentidos, dirigido pela linguagem, partindo de certo regime semiótico. Imanência e transcendência, uma ao revés complementar da outra: “um campo transcendental, um campo de imanência, uma vida, singularidades” (DELEUZE, 2002, p. 16). Assim, sobre a existência do real, concordamos com Guattari (1992, p. 99), porquanto “talvez seja necessário encadear essas duas perspectivas: este real já estava presente, como referência virtual, aberta, e correlativamente ele surgiu enquanto produção *sui generis* de um acontecimento singular”; sendo que este acontecimento singular, ao ser de algum modo produzido, passando pela sensação que o percebe e pelos atos que o efetuam em pensamentos que lhe pensam, é aqui compreendido, portanto,

como uma realidade. É dizer que o real existe, mas passa a ser realizado pela linguagem.

Conjuga-se, destarte, as noções de sensações e pensamentos, considerando que há uma reciprocidade entre o que o corpo percebe ao sentir, em correlação com o que pensa ante as derivações destas excitações. Trata-se de considerar que o estudo é condicionado pela contemplação, que possibilita uma contração, produzindo “um plano de composição, em que a sensação se forma contraindo o que a compõe, e comondo-se com outras sensações que ela contrai por sua vez” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 272). Deriva-se, por consequência, a correlação linguagem-realidade como a apropriação dos acontecimentos, extrações que partem das sensações, em reciprocidade com produções de sentidos, como significados projetados sobre as coisas da e na vida: constituição de corpos se individuando, ao passo que derivam de si próprios como real pré-existente. Corpos em criação, portanto.

#### **4. O pesquisador-improvisador: “conhecimentar” em três posturas**

Com efeito, estamos num recorrente corpo-a-corpo: o sujeito pesquisador aqui é um corpo-em-jogo, de modo que é, ao mesmo tempo, uma peça do estudo-em-jogo. Se não há algo a ser descoberto, uma verdade presente desde sempre, insurge o desafio de produzir uma realidade em consonância com as forças que se manifestam – e entre elas as significações dominantes, as quais é preciso resistir para que não adotemos sentidos alheios às nossas vontades, nem destinemos nosso corpo para uma causa alheia a elas; isto é, nos projetamos através dos estudos, criamos nossa ficção, enfaticamente real, como “formas provisórias de uma hipótese, tanto do ponto de vista experimental como provisório, e de uma ficção reguladora” (NIETZSCHE, 2005, p. 182). Neste sentido, a pesquisa tomada como um jogo – melhor seria dizer como a dramatização do e no jogo – demanda um esforço descontraído, pois “*jogar é, em primeiro lugar, não se levar a sério. E morrer... A afirmação particular, ao lado do jogo, da chance, parece vazia e inoportuna. É pena limitar aquilo que, por essência, é ilimitado: a chance, o jogo*” (BATAILLE, 2017, p. 129, grifo do autor). Impor-se ao jogo – uma pesquisa-improvisação em jogo – demanda esforçar-se para estar consciente e, dessa forma, operar por meio de uma ignorância ativa, isto é, uma maneira de projetar-se, participando da dramatização da pesquisa, ecoando a pergunta de Deleuze (1988, p. 18): “como escrever se não sobre aquilo que não se sabe ou que se sabe mal?”. Essa vontade de apropriação e criação, que parte do que entrevemos como curiosidade, é uma manifestação de saúde, de querer nutrir-se, via as possibilidades que emergem nas chances do jogo. Vontade de potência, como muitas vezes afirmado a propósito do pensamento nietzschiano, que Bataille (2017) interpretou como vontade de chance, potencial de um porvir.

A problemática de uma pesquisa-improvisação, portanto, não se realiza sobre um polo verdadeiro-falso, mas tem-se em vista uma espécie de eficiência, com a de uma ficção eficaz, na qual os sentidos expressos nos estudos em processo produzam efeitos sobre o real; são realidades atualizadas em

reciprocidade com os conhecimentos que funcionam para aumentar nosso potencial de agir.

O que entra em jogo é o corpo do jogador-pesquisador, porquanto a pesquisa-improvisação, intermediada por experimentações, num eterno retornar desta pesquisa-em-jogo, opera como agenciadora de possibilidades com os regimes do que é visível e dizível – à espreita do invisível e do indizível. Está-se sobre o pressuposto de incluir aquilo que se desconhece, em termos de imprevisões, num ato inventivo, de Universos Incorporais aos Territórios Existenciais. E, para retomar nossa aliança com Guattari, importa notar uma questão central no que tange o Eu, em jogo com o caos – em uma caosmose –, para colocar em xeque o eu-pesquisador: “Eu é um outro, uma multiplicidade de outros, encarnado no cruzamento de componentes de enunciações parciais extravasando por todos os lados a identidade individuada. O cursor da caosmose não cessa de oscilar entre esses diversos focos enunciativos” (1992, p.105). Trata-se, deste modo, de empreender possíveis interpretações, perspectivando as forças em jogo, valorando, ao encontro do que um indivíduo quer, como necessidade, vontade de potência. Mas trata-se de uma individualidade descentrada, que defasa de si própria no pesquisar. Significa que, no âmbito da pesquisa, o indivíduo possui certo domínio do processo, mas a imprevisibilidade é dominante, mesmo onde pensa ver somente o previsível, pois o caos está sempre presente.

Assim, existe uma dimensão pática, em geral ignorada pelas pesquisas, que se voltam excessivamente para as significações. Pático, de *páthos*, de um corpo enredado em Universos Incorporais, tomado por sua sensibilidade. Pático, não apático: como passível de sentir, de ser tomado pela força dos encontros imprevisíveis. Vejamos, nas palavras de Deleuze (1976, p. 31):

O poder de ser afetado não significa necessariamente passividade, mas *afetividade*, sensibilidade, sensação. [...] O poder foi tratado por Nietzsche como uma questão de sentimento e de sensibilidade, antes de sê-lo como uma questão de vontade. Mas quando elaborou o conceito completo de vontade de potência, essa primeira característica não desapareceu de modo algum, tornou-se a manifestação da vontade de potência.

Nesta linha de pensamento, o indivíduo, afetado por forças em jogo nos espaços em que habita – do campo de estudo, das instituições, da escrita da pesquisa –, sobre componentes de enunciações parciais, ou, noutros termos, num labirinto onde impera a imprevisibilidade e o inesperado, é destituído de certezas prévias; e, ainda que certezas possam constituir-se ou serem tomadas de empréstimo, num agenciamento provisório para o pensamento, são temporárias, parciais e localizáveis, pois o conhecimento é uma função. O indivíduo é compreendido desde sua subjetividade pática, anterior à linguagem, mas que não cessa de se envolver com ela, ao mesmo tempo em que seu contato com o real permanece evocando a instância da sensação corporal; vejamos com Guattari (1992, p. 38):

E eis-nos então confrontados com um conhecimento pático, não-discursivo, que se dá como uma subjetividade em direção à qual se vai, subjetividade absorvedora, dada de imediato em sua complexidade. Poder-se-ia atribuir a intuição disso a Bergson, que esclareceu essa experiência não-discursiva da duração em oposição a um tempo recortado em presente, passado e futuro, segundo esquemas espaciais. Essa subjetividade pática, aquém da relação sujeito-objeto, continua, com efeito, se atualizando através de coordenadas energético-espacio-temporais, no mundo da linguagem e das múltiplas mediações.

Por aqui, uma transformação de extrema relevância a ser operada nos meandros de uma pesquisa-improvisação, ou mesmo antes, como pressuposto: o conhecimento não é substantivo, mas um verbo; não se trata de construir conhecimento, mas de uma “conhecimentação” que se projeta ao passo da pesquisa, que está no fazer-se do pesquisar. O que ocorre é que, por se operar frente ao imprevisto – que buscamos ao invés de evitar – nos confrontamos o tempo todo com a incerteza, uma dúvida primordial somente ultrapassada pelo “conhecimentar”, que não suprime o desconhecido, mas justamente opera em seu limite; desta feita, alinhando-se a dúvida que nada mais é do que o sintoma do caos que nos projeta adiante num campo de possibilidades imprevisíveis, indeterminadas, potencialmente infinitas. “Conhecimentar” significa pavimentar o caminho da pesquisa no fazer de sua exploração, pois uma pesquisa-improvisação se desloca por caminhos imprevistos, portanto é preciso construir o caminho.

A dúvida, assim, nos chega como uma aliada e deixa de ser algo a ser superado via o descobrimento de uma verdade outrora inacessível por insuficiência de conhecimento; passa a ser o guião da pesquisa, a condição de possibilidade para a criação: a dúvida como consequência inevitável do exercício de pensar (logo, de todo estudo que se propõe a perspectivar, interpretar e valorar – no sentido nietzschiano); ela está aquém e além do ser, e este emerge como um ponto de enunciação, como enunciador de uma verdade que se sabe provisória, mas que não é qualquer verdade, e que vale, outrossim, por sua capacidade de produzir realidades. A dúvida implicada na intimidade do pesquisar, como motor da existência, no sentido proposto por Flusser (2001).

Uma pesquisa que deixa de duvidar da dúvida, passando a assumir a indubitável incerteza da existência; e, frente à ela, assume a postura de um jogador alegre, vivaz, que entra em campo com certa irreverência. Todavia, a imagem do jogo é permutada com a do combate, pois se trata de um combate consigo mesmo; ou, ao menos, com o que em si tende ao declínio, como um excesso de peso: enfaticamente, os preceitos morais e expectativas que se antecedem ao fazer – como idealismo e opiniões, conforme citado junto a Nietzsche (2016) –; noutros termos, um pesar que é sintoma de um excesso de pensar. Pretende-se incitar, então, um princípio desprovido de peso, como um ignorante, como se diz no *Zen*: “no nada encontra-se o infinito” (DAÏSHI, 1995, p. 27).

Então, ao tratar da pesquisa como jogo da e na existência – e ao mesmo tempo como uma dramatização –, sendo esta dimensionada por suas

problemáticas – tendo a incerteza como um fundamento e não algo a ser sumariamente suprimido pelo conhecimento que se possa aprender ou produzir – é pela via de continuados exercícios, em operações técnicas e experimentais, que a pesquisa ganha corpo, na mesma medida em que o pesquisador deriva de si mesmo; este entrelaçamento corpo-a-corpo faz do autor um parte do estudo, num mesmo plano constituinte, agente entre agenciamentos. Por isso, propomos compreendê-lo como uma função, de modo que uma menor atenção é conferida para a biografia do sujeito estudante, no sentido de que a pessoa importa menos do que a forma como funciona, o que agencia e produz; do que, nos encontros imprevistos, foi capaz de compor e construir.

O autor é compreendido como aquele que narra, pois “o que no indivíduo é designado como autor (ou o que faz de um indivíduo um autor) é apenas a projeção, em termos sempre mais ou menos psicologizantes, do tratamento que se dá aos textos” (FOUCAULT, 2001, p. 276-277). Todavia, a linguagem se impõe, bem como ideias imprevistas, em intuições, projetando escrituras mais ou menos errantes, atualizando virtualidades. O estudo é um espaço de criação, laboratório de ensaios e improvisações. A autoria é compreendida como autoficcional e performática<sup>1</sup>, pois uma “dramatização supõe a *construção* simultânea de ambos, autor e narrador. Quer dizer, trata-se de considerar a auto-ficção como uma forma de performance” (KLINGER, 2006, p. 54). Acontece, então, de cada momento do desenvolvimento de um estudo que se desdobra esse autor assumir diferentes posturas, isto quer dizer que “todos os discursos que possuem a função autor comportam essa pluralidade de ego” (FOUCAULT, 2001, p. 279).

Propomos, por esta via, assumir e permutar três funções neste pesquisa-improvisação, cada uma delas constituindo uma correlata postura deste corpo em jogo da pesquisa, em dramatização: trata-se das posturas pática, investigativa e compositiva. Significa que, ao empreender a excursão em uma pesquisa, aquela ou aquele que se desloca – ou seja, a pesquisadora ou o pesquisador –, como um corpo potencial<sup>2</sup>, modula seu modo de agir de acordo com o momento do estudo e de suas necessidades. Corpo em jogo, à espreita de ideias, em que cada jogada significa uma chance, sempre sobre a imprevisibilidade do acaso.

A primeira postura diz respeito à pática, isto é, de um corpo tomado pelo *páthos* – conforme supracitado a propósito do texto heterogêneso, de Guattari (1992) –, daí a pesquisa-improvisação evoca, como parte de seu desdobramento, uma patologia, ou seja, o estudo daquilo que lhe afeta. Patologia esta que avança sobre uma postura investigativa, como uma sintomatologia, o que nos leva, novamente, à historiografia, tratando do paradigma indiciário (GINZBURG, 1989), como meio hábil de uma pesquisa-improvisação, desde uma postura investigativa. Por fim, da investigação, sobre as anotações dos indícios coletados, se compõe o texto da pesquisa – derivando da postura investigativa para a compositiva.

<sup>1</sup> Questão abordada no ensaio Escrita e poética na pesquisa em Educação: autoficção e performance: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8654564/22387>

<sup>2</sup> Tal como apresentado no texto Corpo potencial. Autoficção de um tornar-se o que se é: <https://nawi.espol.edu.ec/index.php/nawi/article/view/1012/1048>



Do corpo pático e atento aos sintomas dos encontros – isto é, dos múltiplos efeito das agências recíprocas num campo de forças do espaço da pesquisa – assume-se a postura de investigar, ao que nos remetemos à imagem do médico (ou do detetive, atualizado na imagem do historiador) frente a um caso que precisa investigar. Numa cadeia de acontecimentos, este se pergunta o que passou e o que vai passar, processo este que envolve o rigor da investigação efetuado sobre certa margem de manobra para oferecer condições de possibilidade para uma notação do imprevisível. Rigor como aquele proposto por Ginzburg, que comporta certa flexibilidade:

O rigor flexível (se nos permitido o oxímoro) do paradigma indiciário mostra-se ineliminável. Trata-se de formas de saber tendencialmente mudas – no sentido de quê, como já dissemos, suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas. Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras pré-existentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos e imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição (1989, p.179).

A partir disto, desde um corpo pático que nota – sintomas do *páthos*, percepção dos Universos incorporais –, passa-se a anotar – transpondo ao Território Existencial da pesquisa – como um investigador, entrando então em jogo a terceira postura, que é a compositiva. Esta postura, entrevista em sua função de autoria, sobre a imagem do trabalhador manual, aquele que elabora a matéria, que lhe confere forma pelo labor; como o artista que manipula materiais, formalizado em textos escritos, em esculturas, fotografias, vídeos, coreografias etc. Mas, também, entrevemos a imagem do arquivista, que sistematiza a ordenação do material produzido. Assim que as realidades mobilizadas em blocos textuais, relatos, narrativas, imagens e outras podem ser seriadas de diversos modos, classificadas ao serem arquivadas, formando um repertório de uso da pesquisa – outrora imprevisos, agora “pré-vistos”. Mas esta postura da composição precisa contar com uma contrapostura de experimentação – a improvisadora antes da arquivista –, como um compositor musical que escreve uma música imprevisita sobre diversas notas dispostas; ou uma compositora coreógrafa que, sobre uma série de movimentos recortados, recompõe uma coreografia; a pesquisadora ou pesquisador que das anotações produz um artigo; ou um docente que produz uma aula. Trata-se de uma produção que se dá em meio às experimentações, tentativas, composições, decomposições e recomposições.

Cada postura assumida nesta pesquisa, embora evoque a individualidade daquele ou daquela que se põe jogo, está envolvida com a coletividade, a partir de um eu descentrado e convocado pelo *socius*, bem como pelo que podemos chamar, de modo amplo, de meio, como um entorno que envolve o indivíduo enquanto parte dele. Nos resta, portanto, fazer uma proposição final, para afirmar a relação entre esta individuação da pesquisa e do pesquisador com o que é de uma dimensão transindividual, de modo a incluir a multiplicidade de corpos e incorporais em agências recíprocas.

## 5. Considerações finais: a imprevisão como imanência entre indivíduo e o transindividual

Mesmo que se fale sobre uma pesquisa individual, esta não se faz sozinho, porquanto se é interpelado por outros estudos, pensamentos e citações; a despeito disso, de certo modo, estamos sempre sozinhos ao pesquisar. O que importa é ressaltar que, mesmo que a pesquisa, em última instância, não seja compartilhada diretamente com os demais – como um grupo de estudos, aula ou outra exposição –, isto é, que se realize como um exercício espiritual solitário, no sentido que nos propõe Hadot (2014), em que indivíduo produz uma conversão, colocando em curso uma transformação de si, ainda assim o estudo produzirá efeitos sobre os demais, pelo próprio indivíduo que se transforma e age sobre outros – no que se supõe que a parte modifica o todo. Nesta linha de pensamento, incluímos certa reciprocidade associada à noção de Ecosofia, conforme elaborada por Guattari (2012, p. 55):

A subjetividade, através de chaves transversais, se instaura ao mesmo tempo no mundo do meio ambiente, dos grandes Agenciamentos sociais e institucionais e, simetricamente, no seio das paisagens e dos fantasmas que habitam as mais íntimas esferas do indivíduo. A reconquista de um grau de autonomia criativa num campo particular invoca outras reconquistas em outros campos. Assim, toda uma catálise da retomada de confiança da humanidade em si mesma está para ser forjada passo a passo e, às vezes, a partir dos meios mais minúsculos.

Nesta mesma linha, significa dizer que da complexidade dos estudos que se projetam da existência e também nela “já não se pode distinguir entre o estado privado de uma mônada dominante (que produz em si mesma seus próprios acordos/acordes) e o estado público das mônadas em multidão (que seguem linhas de melodia), mas as duas entram em fusão numa espécie de diagonal” (DELEUZE, 1991, p. 208); por mônadas leia-se corpos e, por corpos, indivíduos, com destaque para o corpo humano – mas não só –, que apreendem e expressam ao se exercitar experimentalmente nesta pesquisa pática, que investiga, nota e, anotando, compõe. Importa enfatizar a interdependência do indivíduo com o coletivo, segundo a assertiva de Simondon (2020, p. 26):

O psiquismo não pode resolver-se unicamente no nível do ser individuado; ele é a base para a participação numa individuação mais vasta, a do coletivo; sozinho, o ser individual, colocando-se em questão, não pode ir além dos limites da angústia, operação sem ação, emoção permanente que não consegue resolver a afetividade, experiência pela qual o ser individuado explora suas dimensões de ser sem poder ultrapassá-las. *Ao coletivo, tomado como axiomática que resolve a problemática psíquica, corresponde a noção de transindividual (grifo no original).*

Contudo, a coletividade não se restringe ao grupo societário de humanos, mas é extensiva à uma coletividade corporal, como toda espécie de não

humanos, bem como das forças incorporais que enlaçam tais individualidades em curso de imprevisão. Como visto no exemplo da historiografia, as Ciências Humanas, demasiado humanas, tomam a pesquisa em relação às representações, ao simbolismo mediado pela linguagem. Restaria às Ciências da Natureza o estudo do real. A arte seria aquela que lidaria com o caos, por meio da ficção, da imaginação surreal, de composições plurívocas. Porém, todas as produções, sejam elas científicas ou artísticas, comportam esta pluralidade de sentidos, pois as forças caóticas são latentes e, ainda que invisíveis no macro, pulsam na dimensão microscópica. Portanto, do mesmo modo que as Ciências Humanas lidam com a materialidade do âmbito dito natural, a pesquisa em Ciências Naturais se constitui em meio ao social, desde suas práticas em laboratório e, sobretudo, na expressão textual dos resultados de pesquisa. Trata-se daquilo que Latour (2019) colocou em termos de uma antropologia simétrica, que estudaria estas correlações. Antropologia esta que supõe certo distanciamento do pesquisador que observa tais culturas em curso. No caso da pesquisa-improvisação, este distanciamento não é possível. Por isso convocamos a implicação de uma abordagem pós-social, no sentido da inclusão do potencial das agências recíprocas multicorpóreas e, com efeito, plurívocas.

O termo pós-social indica a necessidade de se expandir a nomenclatura de "social", e claro, os conceitos e percepções a ela associados. O social tal como era compreendido classicamente nas ciências sociais: um social que se satisfaz com a percepção de humanos isolados entre si e que implica na separação entre sociedade e natureza, uma sociedade extraída do seu contexto, do ambiente no qual ela própria e as pessoas se reificam. Mas isto é uma ficção. Não existe a sociedade composta exclusivamente por humanos. Sempre há um ambiente, um contexto material contra o qual a sociedade reage. A história e a sociologia estão habituadas a conceituar o social como a relação entre homens e aí se situarem comodamente. É uma simplificação grosseira. É uma semântica equivocada – o social deve incorporar o cenário no qual os homens vivem, o ambiente no qual se desenvolve as relações humanas. As relações humanas são amplas e variadas em suas inúmeras facetas. Há relações estritamente interpessoais e há relações promovidas com as coisas, ambas são vitais (MAIA, 2012, p. 101).

O pós-social que, todavia, precisa retroagir sobre um ante-social, como aquilo que é pré-individual no âmbito ontogenético, mas também pré-histórico; isto é, da existência permanente de um real que já existia antes do humano e ali seguirá existindo. O que importa é registrar a potência da coletividade descentrada, inclusiva à diferença radical de outrem como possibilidade de pensar sobre o signo da imprevisão; por esta via, acompanhamos o raciocínio de Guattari (1992, p. 107) para nos mantermos à espreita do ponto Z da caosmose.

É assim igualmente no interior de uma miscelânea de enunciados banais, de preconceitos, de estereotípias, de estados de coisas aberrantes, de toda uma livre associação do cotidiano, que convém

destacar, ainda e sempre, esses pontos Z ou Zen da caosmose, só localizáveis em contra-senso, através de lapsos, de sintomas, de aporias, de passagens ao ato em cenas somáticas, de um teatralismo familiarista, ou através de engrenagens institucionais. Isso se deve, repito, ao fato de a caosmose não ser própria da psiquê individuada. Confrontamo-nos com ela na vida de grupo, nas relações econômicas, no maquinismo, por exemplo informático, e mesmo no interior de Universos incorporais da arte ou da religião. Ela convoca, a cada vez, a reconstrução de uma narrativa operacional, quer dizer, funcionando para além da informação e da comunicação, como cristalização existencial de uma heterogênese ontológica.

Enquanto traçamos as linhas destas considerações finais, frente as citações incluídas na composição deste texto, encontramos com pensamentos outros que nos solicitam a pensar: outras perguntas surgem, novas questões que serão desdobradas na composição de textos por vir, na pesquisa que seguirá improvisando-se. Percurso de movimentos, pausas e retomadas, onde nos deslocamos num incerto zigue-zague, assim que o desdobramento desta pesquisa-improvisação por nós empreendido leva em conta precursores imprevisíveis, agentes que mobilizam o pesquisar partindo de um caos em direção ao sentido arbitrariamente produzido, mas não sobre o juízo humano, e sim pelo arbítrio das forças em jogo num campo da pesquisa. Assim, com a inclusão de Deleuze<sup>1</sup> acerca do Z, do zigue-zague ao Zen, chegamos ao fim.

A questão é como relacionar as singularidades díspares ou relacionar os potenciais. Em termos físicos, podemos imaginar um caos, cheio de potenciais, mas como relacioná-los? Não sei mais em que disciplina científica, mas li um termo de que gostei muito e tirei partido em um livro. Ele explicava que, entre dois potenciais, havia um fenômeno que ele definia pela ideia de um precursor sombrio. O precursor era o que relacionava os potenciais diferentes. E uma vez que o trajeto do precursor sombrio estava feito, os dois potenciais ficavam em estado de reação e, entre os dois, fulgurava o evento visível: o raio! Havia o precursor sombrio e o raio. Foi assim que nasceu o mundo. Sempre há um precursor sombrio que ninguém vê e o raio que ilumina. O mundo é isso. Ou o pensamento e a filosofia deveriam ser isso. E o grande Z é isso. A sabedoria do Zen também. O sábio é o precursor sombrio e as pauladas – já que o mestre Zen vive dando pauladas – constituem o raio que ilumina as coisas. Assim, chegamos ao fim...

## REFERÊNCIAS

<sup>1</sup> *O Abecedário de Gilles Deleuze* foi uma realização de Pierre-André Boutang, produzido pelas Éditions Montparnasse, Paris. No Brasil, foi divulgado pela TV Escola, Ministério da Educação. Tradução: Raccor.



BACHELARD, Gaston. **A experiência do espaço na física contemporânea.** Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

BATAILLE, Georges. **Sobre Nietzsche:** vontade de chance. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BERGSON, Henri. **A evolução criadora.** Tradução Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

DAÏSHI, Yoka. **O canto do Satori imediato.** O texto sagrado essencial do Zen. Tradução e comentário do Mestre Taisen Deshimaru Roshi. Editora Pensamento: São Paulo, 1995.

DELEUZE, Gilles. **A Dobra. Leibniz e o Barroco.** Tradução Luiz Orlandi. Campinas: Papirus, 1991.

DELEUZE, Gilles. *A imanência: uma vida...* Tradução Tomaz Tadeu da Silva. **Rev. Educação e Realidade:** Porto Alegre, ed.27, jul/dez, 2002.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição.** Tradução Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a Filosofia.** Tradução Edmundo Fernandes Dias e Ruth Joffily Dias. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs, vol.2.** Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Tradução Bento Prado Jr. E Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 1992.

FLUSSER, Vilém. **A dúvida.** São Paulo: Annablume, 2011.

FOUCAULT, Michel. **O Que é um Autor?** In: FOUCAULT, Michel. Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema, v. III. Tradução Inês Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais.** Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. 2ª ed. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas-SP: Papyrus, 2012.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34, 1992.

HADOT, Pierre. **Exercícios espirituais e filosofia antiga**. Tradução Flavio Loque e Loraine Oliveira. São Paulo: Realizações, 2014.

KLINGER, Diana Irene. **Escritas de si, escritas do outro**: autoficção e etnografia na narrativa latino-americana contemporânea. Tese (Doutorado em Letras). Universidade do Rio de Janeiro, Instituto de Letras, Rio de Janeiro, 2006.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: editora 34, 2019.

MAIA, Carlos Alvares. *O pós-social: a história e a sociologia reúnem natureza e sociedade*. **(Syn)Thesis**. Rio de Janeiro, vol5, nº1, 2012, p.89-102.

NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. Tradução Jean Melville. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **Ecce homo**. Tradução Lourival de Queiroz Henkel. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PRIGOGINE, Ilya. **As leis do caos**. São Paulo: UNESP, 2002.

RANCIÈRE, Jacques. **Às margens da ficção**. São Paulo: Ed. 34, 2021.

SIMONDON, Gilbert. **A individuação à luz das noções de forma e informação**. Tradução Luís Eduardo Ponciano e Guilherme Ivo. São Paulo: Editora 34, 2020.

Recebido em: 20 de dezembro de 2022.

Aceito em: 10 de setembro de 2023.

Publicado em: 16 de novembro de 2023.

